

40 ANOS DA ANISTIA ENTRE O ESQUECIMENTO E O NEGACIONISMO: **REVISITANDO A COBERTURA DA IMPRENSA**

PET-História/Unifesp ¹

Resumo: Em virtude da efeméride dos 40 anos da Lei da Anistia numa conjuntura de crescimento do negacionismo referente ao período traumático e conflituoso da Ditadura iniciada com o Golpe de 1964, o grupo PET-História da Unifesp se propôs a produzir um guia de fontes hemerográficas sobre o tema. A Lei da Anistia, conforme sancionada, contribuiu para o silenciamento em torno das torturas e dos demais crimes cometidos pelo Estado. Silenciamento significativo para a construção do imaginário social sobre o período, sobretudo pelas narrativas elaboradas nos jornais da época, que são as fontes desse trabalho. Fragmentos das intensas disputas envolvidas no processo de tramitação e sanção da lei podem ser percebidos nas páginas dos periódicos. Sendo assim, o guia pretende reunir fontes que permitam a compreensão das disputas, narrativas e interesses que moldaram o processo histórico, visando instrumentalizar educadores e educandos, bem como ensejar discussões em sala de aula que possibilitem a análise crítica e, conseqüentemente, o enfrentamento dessas memórias.

Palavras-chave: Anistia; Imprensa; Memória.

Abstract: Due to the 40th anniversary of the Law of Amnesty's sanction and the growing denial situation regarding the traumatic and conflicting civil-military Dictatorship period, the group PET-História, from the Federal University of São Paulo, mean to produce a guide with newspaper sources about the Amnesty. The Law of Amnesty, as it was sanctioned, led to a silence of the torture and other crimes committed by the State. This silence was essential for the development of a social consciousness about this period - created, mostly, by the newspaper's narratives, which are our main sources for the discussion. It's possible to find fragments of the intensive dispute that the law's sanction caused on the pages of the newspapers. Therefore, the guide intend to gather sources to allow the comprehension of those disputes, narratives and interests that were involved in this historical process, in order to help teachers and students and promote critical discussions at the classrooms, allowing them to clash those memories.

Keyword: Amnesty; Press; Memory.

¹ Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), integrado por Bárbara Regina Silva Costa, Beatriz Anselmo de Oliveira, Beatriz Bertolli Paulini, Bruna Macedo Pilon, Daniel Gimene Liossi de Sousa, Daniele de Souza Somensari, Fábio Rogério Banin Junior, Fernanda Dias Neves, Giovana Antonelli Santos, Isabella Rocha Ferreira, Juliana dos Santos Carmona, Juliane Cavalcante, Laís Aparecida Faria Charleaux, Paulo Emílio Bittencourt Filho, Thainá Renata Lopes da Silva e Vitória Ribeiro - graduandos em História, desenvolvendo o projeto "40 anos de Anistia: história e imprensa", sob orientação dos professores tutores Denilson Botelho e Jaime Rodrigues.

"[...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...]".

Jair Messias Bolsonaro²

"Não como qualquer forma de revanche ou de vingança; não se pretende torturar o torturador, assassinar o assassino, sequestrar o sequestrador, desaparecer quem fez desaparecer. Mas a apuração desses crimes permitirá que a sociedade, conhecendo em sua profundidade tais horrores, não consinta que jamais isso volte a ocorrer em nosso país"

Emenda 84. Congresso Nacional, p.134³

A declaração do então deputado Jair Messias Bolsonaro, no dia 31 de agosto de 2016, feita no momento de votação do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, evidencia um passado recente extremamente conflituoso e traumático da História do Brasil. Rousseff foi presa política e torturada durante o regime militar. O pronunciamento é indicativo das disputas existentes no campo da memória. Após o golpe militar de 1º de abril de 1964, instaurou-se no país uma ditadura que terminaria apenas em 1985.

Dentro desse período, Jean Rodrigues Sales considera o ano de 1968 como fundamental para compreender o modo como a sociedade lida com o seu passado ditatorial recente. Nesse ano, a intensificação da repressão aos principais opositores do regime - estudantes e operários - contribuiu para que, face à instauração do Ato Institucional nº 5, alguns setores organizados das esquerdas optassem pela luta armada.⁴ Os grupos eram frequentemente

²BOLSONARO, Jair Messias. Câmara dos Deputados do Brasil. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/#>>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

³ CONGRESSO NACIONAL, Comissão Mista sobre Anistia. Anistia. Brasília: [Centro Gráfico do Senado Federal], 1982. Vol. 1, p. 134. Apud: FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado "perdão aos torturadores". *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília: Ministério da Justiça, n.4, jul./dez. 2010, p. 318-333.

⁴ SALES, Jean Rodrigues. "Ditadura militar, anistia e construção da memória social". In: SILVA, Haíke R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora UNESP/ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 21-27.

pouco numerosos e promoviam ações que foram duramente combatidas pelas Forças Armadas, uma vez que representavam o descontentamento de uma parcela da sociedade civil e uma força potencial de oposição que poderia fugir ao controle do regime. A partir daí, houve uma série de ataques e atentados realizados pelos militares com o objetivo de culpabilizar os militantes de esquerda e despertar o terror na sociedade.⁵ Porém, passado o período de crescimento econômico - gerado pelo chamado "milagre econômico" -, o apoio da sociedade civil aos militares entrou em declínio e, somado às denúncias de torturas feitas internacionalmente, os movimentos de oposição ao regime ganharam força.⁶ Esses fatores em conjunto indicam a necessidade de se refletir sobre a redemocratização do país.

O processo de abertura política que se pretendia lento, gradual e seguro foi iniciado pelo governo de Ernesto Geisel em 1974. Nesse contexto, tiveram início também as campanhas pela anistia, etapa essencial para o processo de redemocratização. Os comandantes e demais integrantes da chamada *linha dura* do Exército temiam que, findada a ditadura, os envolvidos na implantação e manutenção do regime fossem investigados e punidos pelos crimes de tortura e irregularidades cometidas – o que os militares passaram a chamar de "revanchismo"⁷. Cientes de sua influência sobre o partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – sendo este maioria tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal –, os militares exerceram forte pressão política para liderar a concessão do

⁵ Um exemplo destes atentados pode ser encontrado no caso Pára-Sar, em que o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier planejou explodir um gasômetro e dinamitar uma represa no Rio de Janeiro. Estima-se que somente a explosão do gasômetro mataria em torno de cem mil pessoas. O capitão reformado Sérgio Macaco foi o responsável por denunciar o plano de Burnier, que pretendia apontar os comunistas como culpados pela explosão. Cf: "Capitão do Para-Sar diz que não aceita anistia" in *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 ago.1979, p. 07.

⁶ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

⁷ FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado "perdão aos torturadores". *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.4, jul./dez. Brasília: Ministério da Justiça, 2010, p. 319.

benefício da anistia de forma recíproca, ou seja, contemplando presos políticos e militares.

O excerto que abre o texto referente à emenda dos deputados Marcelo Cerqueira e Modesto da Silveira, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mencionado por Carlos Fico para explicar os meandros do processo de negociação do projeto de anistia, escancara o disparate da ideia de revanchismo reivindicada pelo Exército. Não se pretendia cometer os mesmos atos que foram feitos durante a ditadura, como forma de vingar o sangue pelo sangue, o que configuraria uma revanche. Mas apurar e punir os crimes cometidos pelo regime, de modo a sedimentar as bases de reconstrução de um sistema republicano e democrático. A anistia, nesse sentido, foi um campo de batalhas complexo, que exigiu intensa negociação e mobilização de setores da sociedade civil.

O fato é que a Lei de Anistia não conseguiu *“aplar as divergências em torno da forma como deveria ser o acerto de contas da sociedade com seu passado ditatorial”*⁸ e, nos moldes em que foi aprovada, configurou um “pacto com a sociedade” que fundamentou silêncios significativos na memória social brasileira, como o silêncio sobre o apoio de parte da classe média e de grandes corporações à ditadura e, especialmente, sobre as torturas cometidas pelo Estado.⁹

O processo de configuração e consolidação da anistia no Brasil contribuiu, entre outras coisas, para a viabilização de uma interpretação que isentou os militares de suas ações durante a ditadura instaurada em 1964, fundamentado na noção de equivalência entre a violência do regime e as

⁸ SALES, Jean Rodrigues. "Ditadura militar, anistia e construção da memória social". In: SILVA, Haíke R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora UNESP/ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 26.

⁹ REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos* [online], v. 23, n. 45. Rio de Janeiro, 2010, p. 171-186.

reações de enfrentamento encabeçadas pelos militantes de esquerda.¹⁰ A referida citação pública, que consta na epígrafe deste texto, proferida pelo atual presidente do Brasil exaltando a figura de Carlos Alberto Brilhante Ustra - um torturador confesso e reconhecido pelo Estado brasileiro - evidencia a necessidade de promover não só uma reflexão crítica, como também uma compreensão aprofundada desse processo, para que seja possível enfrentarmos esse imaginário social fraudulento e combater os negacionismos que marcam a história recente do Brasil.

Esquecimento e negacionismo: embates sobre a anistia

A Lei de Anistia foi a forma através da qual, em 1979, o governo de João Figueiredo, sob pressão de diferentes segmentos da sociedade, optou para efetivar uma pretensa reconciliação nacional, em direção à redemocratização brasileira. Como consequência, estimulou um inegável esquecimento acerca do que ocorreu durante o regime militar (1964-1985), tanto por parte dos militares, que conduziram a repressão em nome do regime, quanto por aqueles grupos civis que combateram violentamente a ditadura, baseados em motivações política.

Enquanto em outros países da América Latina, como Chile e Argentina, puniram-se os responsáveis por crimes cometidos em nome de ditaduras militares, o Brasil os perdoou sob o argumento da reconciliação nacional, que hoje compreendemos como um artifício empregado pelo regime naquele momento. O projeto aprovado pelo Congresso Nacional em 1979 ilustra a premissa de Tzvetan Todorov,¹¹ de que uma das características de regimes autoritários é a supressão da memória, selecionando-se o que deve ou não

¹⁰ SALES, Jean Rodrigues. "Ditadura militar, anistia e construção da memória social". In: SILVA, Haíke R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora UNESP/ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 21-27.

¹¹ TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

ser repassado à população, efetivando um atentado contra a memória social. Isso não quer dizer, entretanto, que a população brasileira se colocou passivamente diante da construção do projeto de anistia, embora a participação popular não trouxesse grandes mudanças ao projeto do governo, que afirmava ter atingido o limite em relação ao alcance da abrangência da lei.

Este debate ainda se faz presente quando observamos, por exemplo, que no Brasil parte da população considera um regime militar preferível a um sistema democrático. Isso é resultado, entre outros fatores, do esquecimento viabilizado pela Lei de Anistia, que ao perdoar os crimes cometidos, fez com que eles fossem – em certa medida – “apagados” da memória. Por isso, faz-se necessário o *dever de memória*, ideia discutida por Luciana Heymann¹², que ressalta a necessidade de se lembrar do passado traumático justamente para que o Estado e a sociedade tomem medidas cabíveis para a punição dos responsáveis. Somente assim consolidar-se-á a democracia. O guia de fontes hemerográficas do Grupo PET-História/Unifesp insere-se, portanto, no indispensável movimento de abordar esta memória e seus conflitos e estimular a análise crítica, rememorando o período e procurando combater o atentado contra a memória social daqueles tempos.

A imprensa como um agente construtor da memória social

Para compreender o papel desempenhado pelos jornais na constituição dessa memória sobre o processo da anistia no Brasil, é importante destacar, a princípio, o que o trabalho do grupo com as fontes hemerográficas pode nos apresentar. Para isso, valemo-nos dos apontamentos feitos por Maria Helena Capelato, que destaca a importância

¹² HEYMANN, Luciana. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, 27f.

do uso do jornal enquanto fonte, em aspectos gerais, para entender como os indivíduos viveram em suas respectivas épocas, como constituíram sua cultura e seus ideais. Porém, mais do que isso, não se deve ignorar o papel político desempenhado pela imprensa no momento da elaboração do projeto da anistia. Sendo assim, faz-se necessário destacar a relação entre as pretensões desses jornais para com o público, ao articularem um processo de interpretação e contribuírem diretamente para a formação da opinião pública. Desse modo, se compreende os jornais enquanto agentes históricos e políticos importantes.

Segundo Capelato, *"os jornais e os meios de comunicação em geral exercem papel semelhante aos dos partidos, chegando a sobrepujá-los"*¹³. Ao captar a relevância da imprensa enquanto agente concreto, torna-se indispensável o estudo sobre aqueles que fazem funcionar o aparato dos jornais, considerando as concepções ideológicas tanto dos proprietários quanto dos jornalistas.

Para um melhor entendimento desse papel, destaca-se o trabalho realizado por Allana Meirelles Vieira e Teresa Cristina da Costa Neves, intitulado *Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe*. O estudo analisa a atuação de três grandes jornais que foram importantes colaboradores e beneficiários do golpe civil-militar. São eles: O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. As autoras abordam a relação entre a construção de uma memória manipulada e seus impactos na história política do Brasil. A pesquisa revelou que esses jornais, por meio de um uso abusivo da memória, legitimando o poder do governo de João Figueiredo e distorcendo a realidade, foram capazes de construir, somado a outros fatores, uma visão moderada e conciliadora do que foi a disputa pela Lei da Anistia -

¹³ CAPELATO, Maria Helena. "A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador". In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p. 128.

relegando a memória a posicionamentos conservadores e equivocados até os dias atuais.

De acordo com Vieira e Costa, *“o processo de anistia levado a efeito no Brasil após duas décadas de ditadura civil-militar tratou de simular um ‘perdão’ e promover uma ‘paz’ que jazem sob um forte traço autoritário que ainda hoje rege parte significativa das relações sociais no país”*¹⁴. Essa característica muito se deve à ação da grande imprensa enquanto aliada do governo. A tríade memória-esquecimento-narrativa esteve no centro do que se observa muito presente na opinião pública sobre o que foi a ditadura no Brasil. Assim, o modo como os principais jornais conduziram a discussão sobre a Anistia pode ser percebido até os dias atuais na memória social brasileira.

Movido por essas inquietações, o grupo PET-História da Universidade Federal de São Paulo se dispôs a analisar um conjunto de seis periódicos em circulação entre a última quinzena de agosto e a primeira de setembro de 1979, direcionando o levantamento para o que esses jornais discutiam e pensavam sobre o processo de proposição e tramitação da Lei da Anistia naquele período. O resultado desse levantamento será disponibilizado através de um guia de fontes hemerográficas elaborado pelo grupo, a ser publicado. Isso permitirá relacionar e comparar as posturas desses jornais e como seus posicionamentos reverberaram no entendimento sobre o decurso da abertura política no Brasil.

Uma ferramenta para a sala de aula

Considerando a importância das discussões referentes à Anistia – sobretudo atualmente, frente a instrumentalização do esquecimento como

¹⁴ VIEIRA, Allana Meirelles; NEVES, Teresa Cristina da Costa. Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe. *Ipotesi – Revista de Estudos Literários* [online], v. 19, n. 2. Juiz de Fora, 2015, p. 46.

ferramenta política ¹⁵ – a produção do guia mostra-se relevante. Nosso objetivo é ampliar a visibilidade do tema, fomentando pesquisas e discussões dentro e fora das salas de aula do ensino básico. Em meio aos seis jornais pesquisados, *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, foram selecionadas todas as notícias que abordam a anistia ou que façam menção ao tema. Após análise cuidadosa desse material e com o levantamento de dados, criamos uma ficha técnica especificando detalhes de cada uma dessas notícias, informando desde sua localização dentro do jornal até o seu resumo descritivo.

Matéria-prima do historiador, as fontes são fundamentais para o estudo do passado, que por elas é mediado. Muitos são os documentos sobre o período abordado, mas destacamos aqui os jornais – e a imprensa de modo geral – como fonte promissora e de grande potencial para se compreender a Anistia e o processo de redemocratização no Brasil, tendo em vista sua aplicabilidade ao universo do ensino. Deste modo, o propósito do guia é auxiliar não só pesquisas acadêmicas e a produção historiográfica, mas também o trabalho de professores atentos à função social da disciplina e sua importância na construção do pensamento crítico. Consideramos fundamental e necessário o uso de fontes em sala de aula para a compreensão do passado, mas também para a valorização do ofício do historiador.

Vale pontuar, no entanto, as especificidades do uso de documentos na escola que, transformados em material didático, deve levar em conta a

¹⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 245.

articulação entre os métodos do historiador e os pedagógicos.¹⁶ Circe Bittencourt observa a importância da especificidade desse tipo documental:

“O importante no uso de textos jornalísticos é considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial. A veiculação das notícias e informações, com ou sem análise por parte dos jornalistas, precisa ser apreendida em sua ausência de imparcialidade, para que se possa realizar uma crítica referente aos limites do texto e aos interesses de poder implícitos nele.”¹⁷

Ao longo do processo de seleção de matérias para a elaboração do guia, foram observadas diferenças e divergências nos modos de abordagem de cada jornal em torno de um mesmo tema. As notícias, repletas de intencionalidades e contradições, estabelecem uma série de diálogos que podem ser esclarecedores para ensino da História. Tendo como recorte os seis jornais citados, sendo eles alguns dos mais importantes e conhecidos do período, de grande circulação e visibilidade nacional, nota-se que apresentam visíveis diferenças de interesses e opiniões, fornecendo elementos para se analisar tanto o poder da imprensa – palco de disputas, visões e discursos sobre esse processo –, como a abertura política em si e seus desdobramentos, dentre os quais situa-se a Lei da Anistia.

O processo de tramitação e sanção da Lei da Anistia congregava em seu núcleo diversos atores políticos e propostas. Essas divergências se refletem nos debates no Congresso, que tivemos a possibilidade de examinar mais detalhadamente através das fontes hemerográficas selecionadas para o guia. É possível destacar dois projetos centrais em disputa para votação no parlamento. Um oficial, de anistia restrita defendida pelo partido do governo,

¹⁶ BITTENCOURT, Circe. “Documentos não escritos em sala de aula”. In: _____. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 335.

¹⁷ BITTENCOURT, Circe. “Documentos não escritos em sala de aula”. In: _____. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 337.

a Arena; outro elaborado pelo MDB, das forças de oposição, em que a anistia não seria concedida aos torturadores, mas seria estendida aos presos políticos acusados de “crimes de sangue” – o que configura a diferença central entre os projetos.

O trabalho realizado pelo grupo aborda jornais com posicionamentos que vão desde a corroboração com o discurso governista dominante sobre o projeto da Anistia, até aqueles que reivindicam alteração do projeto de lei. Para exemplificar tais posturas opostas, tomemos o exemplo dos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*.

O primeiro demonstra apoio ao projeto da Arena e denota recusa às propostas de extensão da medida, demonstrando contrariedade às pressões por anistia ampla, geral e irrestrita. A leitura das fontes evidencia o uso elaborado e proposital de alguns termos e discursos, em detrimento de outros, bem como a exaltação das falas de agentes do governo – como é o caso da grande quantidade de matérias cujo protagonismo é atribuído a generais de diferentes estados do Brasil. De modo geral, *O Estado de S. Paulo* privilegia o discurso da Anistia de acordo com os moldes do governo – como uma concessão generosa, conciliadora e, sobretudo, eficaz.

Em contraposição, o jornal *Tribuna da Imprensa* defendia o projeto de uma “Anistia ampla, geral e irrestrita” e deu grande espaço a notícias referentes às greves pela anistia ampla, aos presos políticos e críticas sobre o posicionamento de parlamentares. Observa-se também a utilização de termos que reforçam o caráter ideológico dos jornais, como a opção pelo uso do termo “preso político” ao invés de “terrorista” - mais frequentemente empregado n’*O Estado de S. Paulo*.

Realizando uma análise comparativa entre eles, por exemplo, é possível estabelecer uma série de caminhos para compreender as disputas presentes nas narrativas, permitindo problematizar o tema no ensino de história a partir do uso das fontes em sala de aula. As subjetividades, conflitos e os silenciamentos nos mostram, antes de tudo, como o processo foi marcado por

incertezas, repleto de contradições, possibilidades e embates. É importante desnaturalizar o modo como se deu a redemocratização, para que se compreenda o jogo de interesses envolvidos, a construção de uma memória e suas vozes diversas. Só assim, as novas gerações serão capazes de analisar e se posicionar criticamente diante disso.

O guia configura-se então como uma ferramenta que facilita o trabalho do educador na seleção de fontes sobre a Anistia. Com as fichas técnicas, visamos contribuir para o trabalho do pesquisador-educador e facilitar o acesso e disseminação desse material para todas as pessoas interessadas. Assim, a publicação pretende ser também um convite para a ampliação das discussões, debates e produção de conhecimento sobre o tema, para além da academia.

Considerações finais

O historiador Daniel Aarão Reis considera o processo de anistia como a primeira oportunidade que a sociedade civil brasileira teve de exercitar a memória sobre seu passado ditatorial recente. Para Reis, o momento de discussão e implementação do projeto de lei da anistia propiciou a reatualização das ideias de Ernest Renan, pensador francês do final do século XIX, para o caso brasileiro. Sobre os conflitos internos de uma sociedade, Renan afirmava: *“frequentemente, para a boa coesão e harmonia sociais, mais vale construir o esquecimento do que exercitar a memória”*.¹⁸

Contrapondo a formulação de Renan mencionada pelo historiador, trazemos à luz da discussão proposta, a contribuição de Djamila Ribeiro¹⁹ sobre a importância de disputarmos “lugares de fala” no âmbito discursivo,

¹⁸Apud: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 71.

¹⁹ RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

como forma de combater ideias enviesadas e negacionismos. Segundo a filósofa, a fala é uma manifestação que reflete privilégios e controle, pois ocupa um espaço imprescindível no imaginário social e carrega aquilo que recorta e divide os indivíduos, como cor, gênero e classe. Portanto, viabilizar a fala daqueles que foram e são historicamente excluídos, ou jamais ocuparam espaços de privilégio, é algo que deve ser encarado como uma questão social e estrutural no combate às opressões e aos silenciamentos na história.

A Lei de Anistia deixou marcas significativas na memória social e os jornais foram consideráveis agentes nesse processo. Por isso, configuram fontes importantes para a elaboração de uma análise crítica desse processo moldado pelos interesses políticos da época, os quais se refletem de maneira significativa até no tempo presente - tendo em vista, por exemplo, o negacionismo exposto no cenário atual. Os diferentes periódicos que integram o guia de fontes sobre a Anistia - objetivo primeiro do Grupo PET-História/Unifesp - propiciam alguns importantes movimentos: uma compreensão mais ampla quanto ao caráter heterogêneo do processo anterior à promulgação da lei; a observação de diferentes narrativas elaboradas e seus respectivos papéis na consolidação dessa memória social que buscamos questionar; e as inadequações e omissões passíveis de análises críticas e reelaborações no âmbito acadêmico, mas também para além dele, pensando nos “lugares de fala” que devemos pleitear nos discursos cotidianos.

Desse modo, tornando as fontes de fácil compreensão e acesso, o guia pode servir tanto para subsidiar a produção acadêmica sobre o tema, quanto para fomentar a ampliação dos debates com estudantes do ensino básico. Para além disso, sendo uma produção de estudantes de graduação no Curso de História, configura-se numa forma das pesquisas acadêmicas irem à público – junto às escolas - e, assim, enfrentar os desafios contemporâneos, estimulando a reflexão crítica acerca do processo histórico em que se fez a Anistia que completa 40 anos.

REFERÊNCIAS

- AUTOR DESCONHECIDO, Capitão do Para-Sar diz que não aceita anistia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1979, *O País*, p. 07.
- BITTENCOURT, Circe. "Documentos não escritos em sala de aula". In: _____. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 353-407.
- CAPELATO, Maria Helena. "A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador". In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho (Org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p. 114-136.
- HEYMANN, Luciana. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado "perdão aos torturadores". *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.4, jul./dez. Brasília: Ministério da Justiça, 2010, p. 318-333.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- _____. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos* [online], v. 23, n. 45. Rio de Janeiro, 2010, pp. 171-186.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- SALES, Jean Rodrigues. "Ditadura militar, anistia e construção da memória social". In: SILVA, Haíke R. Kleber (Org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora UNESP/ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 21-27.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.
- VIEIRA, Allana Meirelles; NEVES, Teresa Cristina da Costa. *Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe*. *Ipotesi – Revista de Estudos Literários* [online], v. 19, n. 2. Juiz de Fora, 2015, p. 42-52.

Artigo recebido em 13/10/2019 e aprovado em 03/02/2020.